

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**UM ESTUDO ACERCA DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO**

EDENILSA ENTRINGER GOMES

ORIENTADORA: ALIA MARIA BARRIOS GONZÁLEZ

BRASÍLIA/2011

EDENILSA ENTRINGER GOMES

**UM ESTUDO ACERCA DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Vitória - ES.
Orientadora: Professora Alia Maria Barrios González.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

EDENILSA ENTRINGER GOMES

UM ESTUDO ACERCA DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Alia Maria Barrios González (Orientador)

Profa. Dra. Mercedes Villa Cupolillo. (Examinadora)

Edenilsa Entringer Gomes (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, principalmente aos filhos, pela compreensão nas horas em que não estive presente em suas vidas. E também de forma especial ao amigo Sival Damasceno de Miranda, pelo apoio recebido.

AGRADECIMENTOS

À minha família e colegas – que me incentivaram a fazer esta especialização;

A minha orientadora, Prof. Alia Maria Barrios González – que me forneceu orientações seguras, guiando meus passos;

Aos meus professores e amigos que me possibilitaram grandes descobertas, durante essa caminhada cheia de desafios e vitórias alcançadas.

E todo o grupo da instituição que me recebeu com carinho e permitiu que eu realizasse parte importantíssima de meu trabalho possibilitando minhas experiências de observações nesta pesquisa.

RESUMO

Esse trabalho busca refletir acerca dos Desafios e Possibilidades de Inclusão Escolar de alunos com Deficiência Visual em uma escola do município de Marechal Floriano. Procuramos, apontar alguns desafios e polaridades que permeiam o discurso e a ação de todos que estão envolvidos de certa forma com a educação inclusiva especificamente, com a inclusão do deficiente visual. Nos valem de estudos realizado durante um longo período e de pesquisa de campo com o objetivo de analisar quais as necessidades e desafios da inclusão escolar de alunos com Deficiência Visual de uma escola inclusiva da educação infantil, da rede pública, do município Marechal Floriano ES. Em busca das respostas aos nossos questionamentos sobre o tema, após o estudo teórico saímos em campo para observação e registro do que existia de concreto em relação à inclusão do deficiente visual. Essa prática nos possibilitou fazermos comparações entre teoria e prática constatando que apesar de estarmos em uma luta decorrente de muitos anos encontrarmos instituições que não praticam a inclusão, outras que iniciaram sua experiência recentemente e algumas que há algum tempo já vem buscando meios e recursos para praticarem a inclusão acreditando na capacidade do deficiente visual e procurando cumprir as leis, proporcionando ao deficiente visual algumas garantias e oportunidades de serem cidadãos construtores de sua própria história na sociedade.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão Escolar e Deficiência Visual.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
I - APRESENTAÇÃO	10
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO?.....	14
2.2 A PRÁTICA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO.....	15
2.2.1 Legislação Brasileira: Possibilidades de inclusão escolar	16
2.3 INCLUSÃO ESCOLAR.....	20
2.3.1 Desafios atuais da inclusão escolar	21
2.4 HISTÓRICO DE COMO VEM SENDO TRATADA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	22
2.4.1 A importância da parceria entre escola e família	24
III - OBJETIVOS	26
3.1 OBJETIVO GERAL.....	26
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
IV - METODOLOGIA	27
4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	27
4.2 MÉTODO.....	28
4.2.1 Participantes	28
4.2.2 Sobre a escola onde aconteceu a pesquisa	28
4.2.3 Equipamento e Materiais	28
4.2.4 Procedimentos para coleta dos dados	29
4.2.5 Procedimentos de Análise dos dados	29
4.2.5.1 Observações Diretas.....	29
4.2.5.2 Entrevista de tipo grupo focal.....	29
4.2.5.3 Análise das observações diretas.....	29
4.2.5.4 Análise interpretativa das entrevistas.....	31
V - RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5.1 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES REGISTRADAS NO DIÁRIO DE CAMPO.....	33
5.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA DE GRUPO FOCAL.....	37
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	44
A - FICHA COM OS DADOS DOS PARTICIPANTES DA ENTREVISTA.....	44
B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE TIPO GRUPO FOCAL.....	45

ANEXOS	47
A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFISSIONAIS.....	47
B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS.....	48
C - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	49

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 - INFORMAÇÕES SOBRE OS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES
DA PESQUISA..... 28

QUADRO 1 - SESSÕES DE OBSERVAÇÃO DIRETA NA ESCOLA NA TURMA
ONDE EXISTE UMA ALUNA DEFICIENTE VISUAL NO TURNO
VESPERTINO.....33

I - APRESENTAÇÃO

Por vivenciar as dificuldades da maneira como vem acontecendo a inclusão “na escola pesquisada” do município de Marechal Floriano - ES e por se tratar de um assunto não muito novo, porém bastante polêmico e desafiador, propomos uma reflexão do assunto através de estudo baseado em grandes estudiosos, para que possamos pensar em uma prática pedagógica mais justa e abrangente que atenda as necessidades individuais e de grupo. O presente trabalho visa verificar os desafios e possibilidades de inclusão do deficiente visual em uma escola da rede pública de ensino do município de Marechal Floriano como, por exemplo, proporcionar ao indivíduo sua autonomia, independência e inserção na sociedade, bem como buscar conhecer as dificuldades encontradas para essa prática. Com base em estudiosos no assunto e nas leis do país que assegura ao aluno deficiente visual direitos que por inúmeras vezes são ignorados e desrespeitados, a pesquisa virá favorecendo um diálogo e discussões sobre as possibilidades de avanços dentro desta prática, buscando novos olhares e ações para a melhoria da inclusão. O estudo possibilitou comparações entre teoria e prática buscando constatar se apesar de estarmos em uma luta decorrente de muitos anos encontrarmos ainda instituições dando seus primeiros passos em direção a inclusão escolar e buscaremos identificar quais suas necessidades, desafios e as experiências já vividas durante esse tempo que procuram a prática da inclusão. Acreditamos que esta reflexão contribuirá possivelmente para novas tomadas de decisões em relação à inclusão, na escola pesquisada.

Este trabalho se realizará com o estudo teórico e pesquisa de campo para observação e registro do que existe de concreto em relação à inclusão escolar do aluno com deficiência visual.

A inclusão, como veementemente vem enfatizando Sasaki (1992, p. 33), é um processo de construção onde se objetiva ter uma sociedade para todos, e dentro dessa sociedade o respeito aos direitos é fundamental e um dos direitos básicos de todo ser humano é a aspiração à felicidade ou, como tem sido chamada a qualidade de vida.

De acordo com as leis educacionais e com o estudo bibliográfico realizados no assunto da inclusão, verificamos que toda criança, independente de raça, cor, religião, situação econômica entre outros, deve ter o direito de estar inserida em um programa educacional, independente de suas possibilidades de aprendizagem, até porque é papel da escola e do educador, cada vez mais, garantir o sucesso de seus alunos, através de uma proposta pedagógica que vise atendê-los nas suas necessidades de aprendizagem, bem como no desenvolvimento humano com dignidade.

A pesquisa está fundamentada numa visão de uma educação de qualidade para todos, fazendo uma breve retrospectiva histórica da Educação Inclusiva no Brasil e das leis que garantem os direitos educacionais dos alunos com NEE - necessidades educacionais especiais com foco na deficiência visual.

Vemos a deficiência visual como algo que acarretará sérios comprometimentos relacionados à capacidade de se orientar e de se locomover com independência e insegurança, além de comprometer ainda a aquisição de conhecimentos teóricos relacionados à leitura e escrita. E cabe a escola a responsabilidade de ajudar a esse aluno no seu desenvolvimento. Logo, o interesse de pesquisa nesse tema vem de fatores ligados à grande luta da inclusão, que vem se estendendo por décadas com pequenos avanços. Diante disso, temos nos perguntado:

- Como garantir a inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular assegurando sua assiduidade, participação bem, como seu desenvolvimento cognitivo?
- Quais as barreiras que são encontradas para a prática da inclusão?
- A inclusão realmente é capaz de existir trazendo resultados benéficos, satisfatórios e prazerosos ao aluno e ao seu grupo social?

A pesquisa tem como foco a reflexão sobre a prática da inclusão escolar, seus resultados na vida do indivíduo bem como sua contribuição para o exercício da cidadania em sociedade. Vivenciamos experiências interessantes que nos oportunizou ligar o conhecimento teórico adquirido, com comparações e verificações da prática da inclusão identificando o que pode ser utopia ou realidade.

1. Pesquisa bibliográfica

Iniciamos esse desafio com a aquisição, reunião e organização de material bibliográfico.

- a) Leitura de textos e livros de estudiosos/as tais como: Vigotski, Sasaki, Montoan, Mazzota, Fonseca, Mittler entre outros como Maciel e Barbato. No assunto da inclusão essa leitura nos proporcionou informações sobre o tema e nos permitiu contextualizar o assunto para os tempos atuais.
- b) Leitura e estudo de textos oficiais como (leis educacionais, pareceres e resoluções).
- c) Participação em seminários, debate em fóruns durante o curso de “Especialização Em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar” e congressos para obtenção de maiores informações sobre o tema.

2. Realização de entrevistas do tipo Grupo Focal e relatos de experiências

- a) elaboração do roteiro de entrevista com pedagogos e professores, para serem aplicados, confirmando ou não o que havíamos constatado nos estudos bibliográficos.

3. Realização de observação direto na fonte

- a) As observações aconteceram no período de 2 meses sendo duas a três visitas por semana com duração aproximadamente de 2h cada.

Para apresentarmos os resultados obtidos com nossa pesquisa, estruturamos esta monografia da seguinte forma:

O primeiro capítulo - Introdução/apresentação - vem esboçando um pouco de tudo o que conseguimos realizar, colocando o leitor à parte do que nosso trabalho vem abrangendo, nossas questões, nossos objetivos e os caminhos percorridos na pesquisa.

O segundo capítulo - Fundamentação teórica, em seu subtítulo “inclusão ou integração”, procura resgatar a Deficiência Visual nos aspectos históricos e conceituais, contextualizando a reflexão de vários autores. Abordaremos ainda os movimentos de luta pela garantia do direito, contribuindo para situar o leitor sobre diversas fases da inclusão e a diferença entre integrar e incluir. Quando se trata da “prática da inclusão do deficiente visual no contexto de uma escola da rede municipal no município de Marechal Floriano” abordaremos as dificuldades e realidades na prática da inclusão, contribuindo para situar o leitor sobre diversas possibilidades de garantir um ensino de qualidade para todos. Revelando ainda que, nos ambientes inclusivos os alunos são automaticamente estimulados a se comportarem de diversas formas diante dos desafios do meio escolar. Levamos a reflexão sobre a educação que é direito de todos e através dela se constrói um caminho possível de inclusão no meio social respeitando as dificuldades e superando barreiras em

ações conjuntas. Quanto a “Legislação Brasileira: Possibilidades de inclusão escolar”, apresentamos nossas observações sistematizadas no que se diz a respeito à prática da inclusão, como ela vem acontecendo para os quais assumem o desafio de incluir que perpassa pelo campo da ética e da didática, e que nos permite um novo olhar ao tratamento dado até aqui àqueles que possuem NEE- necessidades educacionais especiais. Nossas observações aconteceram em uma escola de ensino regular da rede municipal, localizada na cidade de Marechal Floriano, ES, e foram envolvidos 9 profissionais com experiência no assunto e uma criança deficiente visual. “Na inclusão escolar e seus desafios” abordamos o processo inclusivo do deficiente visual observando as políticas educacionais que garante os direitos destes cidadãos bem como vem sendo alcançado os avanços nesta área, quais foram os movimentos e atitudes tomadas pelo país, possibilitar ao leitor de uma forma geral enxergar como vem sendo tratado o tema no Brasil. E ainda registramos a importância da parceria escola e família para a educação do deficiente visual.

Considerações finais - Nesta parte procuramos registrar o atual cenário da educação inclusiva na escola/ pesquisada. O Brasil adotou a inclusão como forma de democratização. Muitas Leis, Decretos, Resoluções e Pareceres foram proclamados e assinados em defesa dos alunos com necessidades educacionais e especiais. Porém, ainda hoje, presenciamos a violação desses direitos no Sistema Educacional Brasileiro. Muitas escolas continuam alegando falta de recursos e espaços físicos inviabilizados para adaptações e assim vão ficando à margem da sorte os indivíduos com necessidades especiais educacionais.

Acreditamos na capacidade de desenvolvimento intelectual, cognitivo e social do aluno deficiente visual, buscamos assim, oferecer a todos os alunos da escola pública, independente de suas limitações, um atendimento educacional de qualidade para todos.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida, uma expressão de sociedade e cidadania, uma compreensão de que todos os seres humanos são humanos, sem distinção. (MARTINS, 2006, p. 12)

A inclusão não é simplesmente uma expressão usada no campo educacional por modismo, mas é algo que se pode viver de forma real, intensa e contínua. Com os estudos e reflexão baseados nos diversos autores (E. G. MARTIN, 2006; REGO 2002) conferimos que a inclusão acontece quando é aceita com responsabilidade coletiva de toda a comunidade escolar. Nesta perspectiva, todos são responsáveis “pelo sucesso ou pelo fracasso” de cada aluno.

A inclusão, como veementemente vem enfatizando Sasaki (1992, p. 33), é um processo de construção onde se objetiva ter uma sociedade para todos, e dentro dessa sociedade o respeito aos direitos é fundamental e um dos direitos básicos de todo ser humano é a aspiração à felicidade ou, como tem sido chamada a qualidade de vida.

De acordo com as leis educacionais e com o diálogo entre os diversos estudiosos no assunto da inclusão, toda criança, independente de raça, cor, religião, situação econômica entre outros, deve ter o direito de estar inserida em um programa educacional, independente de suas possibilidades de aprendizagem, até porque é papel da escola e do educador, cada vez mais, garantir o sucesso de seus alunos, através de uma proposta pedagógica que vise atendê-los nas suas necessidades de aprendizagem, bem como no desenvolvimento humano com dignidade.

Tanto a cegueira total quanto a visão subnormal pode afetar a pessoa em qualquer idade. Bebês podem nascer sem visão e outras pessoas podem tornar-se deficientes visuais em qualquer fase da vida. A perda de visão pode ocorrer repentinamente de um acidente ou doença súbita, ou tão gradativamente que a pessoa atingida demore a tomar consciência do que está acontecendo. A deficiência visual interfere em habilidades e capacidades e afeta não somente a vida da pessoa que perdeu a visão, mas também dos membros da família, amigos, colegas, professores, empregadores e outros.

Entretanto, com tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados, a perda da visão não significará o fim da vida independente e não ameaçará a vida plena e produtiva. O Deficiente Visual terá como principal meio de leitura e escrita o sistema Braille. Deverá, no entanto, ser incentivado a usar seu resíduo visual nas atividades de vida diária sempre que possível.

Neste contexto, o presente trabalho vem através de um breve estudo bibliográfico e de pesquisa de campo contribuir para uma reflexão acerca da inclusão do Deficiente Visual na rede regular de ensino. A pesquisa está fundamentada numa visão de uma educação de qualidade para todos, fazendo uma breve retrospectiva histórica da Educação Inclusiva no Brasil e das leis que garantem os direitos educacionais dos alunos com necessidades especiais.

2.1 INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO?

O movimento de inclusão não aconteceu por acaso, ao contrário é consequência de uma trajetória de lutas e de movimentos sociais historicamente constituídos. A concepção de inclusão no Brasil não é tão antiga, cujas discussões se deram de forma mais articulada no final dos anos 90.

Temos acompanhado, sob forma de debates, congressos e seminários o crescimento significativo de produções que tratam da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular e estudos bibliográficos como de Sasaki (1998), Mantoan (1988, 1997, 1995) Mazzotta (1986), Mittler (1999) entre outros que apresentam reflexões no contexto brasileiro. Entretanto algumas concepções teóricas antecederam à proposta inclusiva no Brasil. Tais pesquisadores do assunto escrevem sobre a história do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, que é marcada por várias etapas que tentavam responder aos desafios postos em questão.

As pesquisas nos mostraram quatro fases consideráveis no processo ainda em construção da inclusão:

A primeira é a **fase de exclusão**: (MANTOAN, 2004, p. 51), esta fase foi marcada pelo preconceito, por se acreditar que a deficiência era decorrente de um castigo divino.

A segunda fase – **segregação**: marcada por um dilema social: o deficiente é reconhecido como pessoa, merece viver, mas é incômodo para a sociedade, vergonha para a família, que ainda acredita no castigo divino. Surgem os asilos, com a dupla missão de cuidar do deficiente e afastá-lo do convívio social.

A terceira fase é a **da integração**, segundo Sasaki (1997, p. 42), pode ser entendida como um processo, onde as pessoas com deficiência buscavam formas de se adaptarem à sociedade, e à escola, nos seus modelos pré-estabelecidos, (metodologia, avaliação e práticas pedagógicas), sem que houvesse uma preocupação mais enfática com mudanças nesses setores. Mittler nos ajuda a compreender o processo de integração dizendo:

Na [...] integração nós preparamos a criança para estudar numa escola, ajudando-as a adquirir as habilidades de que elas necessitam. Nós preparamos a criança para estar na escola como ela é. (MITTLER, 2003, p. 35).

Enfim, na quarta fase – **inclusão**, para Sasaki (1997, p. 28), a inclusão é um

processo pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Durante o processo de análise e reflexão, verificamos que na evolução histórica e de transição entre a integração e a inclusão, alguns serviços foram surgindo com uma característica de atendimento médico, que via a deficiência como uma doença. Foram criadas algumas instituições especializadas, cujas propostas eram abraçadas mais por médicos do que por professores, que não tinham participação efetiva na elaboração de diretrizes, métodos e propostas.

Ainda hoje, a discussão em torno da integração e da inclusão cria ainda inúmeras e infundáveis polêmicas. Existe uma significativa diferença entre integrar e incluir, que precisa ser entendida pelos educadores para que verdadeiramente a inclusão possa ocorrer.

Isso nos fez compreender a necessidade de mudanças no sistema educacional para que aconteça a prática da inclusão, de forma que é preciso buscar meios para que o aluno possa alcançar conhecimentos que até o momento não estejam sendo contemplados. Para isso é necessário que o aluno esteja matriculado e freqüentando as aulas e em seguida que ele esteja participando do processo ensino-aprendizagem para que finalmente a inclusão possa ser reconhecida e considerada. Faz - nos entender ainda a diferença que existe entre a inclusão e a integração pois para acontecer a inclusão, é preciso haver mudanças consideráveis na escola atendendo a todos, enquanto na integração acontece um processo de individualização, o aluno é que precisa se adaptar à escola.

Cabe a cada um individualmente, à escola como um todo e a sociedade, modificar-se para lidar com as diferenças, reconhecendo que já vivemos em constante multiculturalismo e se faz necessário incluir a todo tempo em diferentes aspectos rompendo paradigmas para uma real mudança educacional e social. Já é hora de aprendermos a lidar com as diferenças.

2.2 A PRÁTICA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO

Considerando a importância que tem um trabalho de campo para enriquecer a pesquisa buscamos conferir no cotidiano escolar como se dão as práticas da inclusão. Constata-se que, a escola, ao abrir suas portas para receber o aluno com deficiência no mesmo espaço onde recebe os alunos ditos “normais”, ela já passa a fazer na prática um tipo de inclusão, a social. Essa convivência promove trocas enriquecedoras para ambos – tanto para o deficiente como para o não deficiente – inclusive podendo abranger toda a comunidade escolar e conseqüentemente a comunidade em geral.

Existem ações que independe das leis e podem ser praticadas por qualquer cidadão e na maioria das vezes são ignoradas por uma grande parte da sociedade. Estamos falando do aceitar, amar, credenciar, valorizar e considerar, são atitudes que não requer valor financeiro ou de qualquer ordem material. Apenas requer recursos afetivos, que provavelmente serão correspondidos. Nestes aspectos é fundamental o empenho da família e muito importante a forma de como a comunidade vai lidar com esse indivíduo para que possam derrubar fortalezas e abrir portas para a aceitação deste cidadão na sociedade.

Mas o cenário que temos não é esse. Até hoje muitos governantes criticaram e discordaram dessas transformações educacionais para o recebimento dos alunos especiais no ambiente escolar de ensino regular, a família, por sua vez desconhece seus direitos garantidos em lei e a formação destes seres humanos vai ficando comprometida durante toda a sua existência.

O momento de incluirmos é hoje, agora, e não deve ser deixada para mais tarde porque a necessidade bate à porta e existe um grito de socorro que não quer calar no seio da sociedade. Todos que almejam a mudança devem ter atitudes fazendo a sua parte criando meias e novas expectativas reunindo forças com aqueles que desejam as transformações e de uma vez por todas romperem com a tão sofrida exclusão.

Souza e Prieto (2002, p. 135-136) nos fazem refletir quanto aos resultados desta grande luta. O que se observa na atualidade é que algumas escolas têm tomado iniciativas e procurado fazer o cumprimento da Lei, como uma escola que propõem alternativas e soluções, instrumentalizando-se de todas as formas para lidar com as diferenças, buscando um convívio produtivo com a diversidade de forma que todos assumam o desafio da superação de limites constituindo novas competências referidas no paradigma da escola inclusiva.

Na instituição pesquisada foi possível verificar que a equipe pedagógica vê a situação da criança com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) de uma forma bem prática e objetiva, afirmando que a vida nos ensina que para vencer é preciso lutar e no caso de um Deficiente Visual essa luta é ainda mais intensa, pois estes indivíduos concorrem de igual para igual no mercado de trabalho.

Durante essa trajetória de pesquisa constatamos que as provas de concurso não têm questões diferentes facilitando a aprovação e classificação de um inscrito por ser um Deficiente Visual. O que ocorre em um concurso é apenas a opção de solicitar que a prova seja oral em função do curto tempo que se possui para realizá-la e pelo grande tempo que se leva para a leitura e escrita em braille. Logo, o Deficiente Visual é acompanhado por um professor que lê a prova para o aluno, enquanto que esse aluno responde oralmente e um fiscal preenche o gabarito.

A vida social também requer do Deficiente Visual assinaturas de documentos como carteira de identidade, título de eleitor, inscrições, sendo assim, futuramente o Deficiente Visual também precisa ser treinado para que possa assinar seu nome, lógico que com um tempo maior que alguém que enxerga e provavelmente com uma caligrafia não muito legível. Somente assim ele pode exercer sua cidadania.

O cidadão que conhece seus direitos tem como exigir que eles sejam respeitados. Como podemos verificar a inclusão escolar abre portas para outros tipos de inclusão, como por exemplo, a social, e possibilita o desenvolvimento do indivíduo permitindo que ele seja participante de um grupo e que nele exerça a sua cidadania. Isso comprova a importância da inclusão e sua contribuição para uma sociedade mais justa para que ocorra o processo de transformação social numa realidade almejada em prol da democracia, a garantir o direito de todos no exercício da cidadania.

2.2.1 Legislação brasileira: Possibilidades de inclusão escolar

O Brasil dispõe de referências políticas importantes no campo educacional que servem como direcionamento do trabalho pedagógico, e que possibilitam a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, tais como: Declaração Internacional dos Direitos do Homem, (1948), Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal (1998), a LDB 9394/96 (1996), a Política Nacional de Educação Especial (PNEE – MEC 1994), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Adaptações Curriculares (MEC – 1999). Algumas delas adotadas a nível mundial e outras em nível de país.

Com as Leis definidas e apontando responsabilidade de todos os órgãos públicos e da sociedade, implicando mobilização de todos pelo processo educativo e principalmente os responsáveis formais nas diferentes esferas administrativas, os avanços começam a serem mais significativos. A partir destas conquistas, uma nova etapa inicia-se na educação com uma meta primordial de não deixar ninguém de fora do ensino regular.

Sendo assim, o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo. Como podemos conferir na sua Constituição Federal em seu artigo 208.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 – Capítulo V da Educação Especial.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender as suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Como podemos conferir, a determinação quanto aos direitos educacionais garantidos em lei apontam que a escolarização deve ser oferecidos, preferencialmente pelo estado, e não deixa dúvida quanto o compromisso público de oferecer os alunos de necessidades

educacionais especiais, materiais que possibilitem o entendimento disponibilizando equipamentos específico para sua formação.

A Constituição federal de 1988 é a primeira, dentre nossas constituições, que escreve de modo explícito o direito ao “atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. (Art. 208, inciso III) (SOUZA e PRIETO 2002, p. 128).

Segundo o que diz o autor acima, o Brasil, representado pelos seus governantes compreendem os direitos de concretização da cidadania extensa a todos os brasileiros e buscam assim contemplarem todos os cidadãos aos direitos à educação promulgando a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/ 96).

No Brasil podemos verificar ainda o que nos garante as Diretrizes Nacionais de Educação na Educação Básica, 2001, em seu artigo II que consta:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar – se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (Brasil, 2001, art. II).

A Resolução CNE/ CEB nº 2/ 2001 no seu artigo 5º ao se referir aos alunos que, em tese demandam atendimento educacional em recursos especiais, estabelece:

Art. 5º considera-se educando com necessidades educacionais especiais os que durante o processo educacional apresentarem:

I - dificuldade acentuada de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos;

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que nos leva a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Como podemos conferir a escola inclusiva deve acomodar todas as crianças, independente de suas condições intelectuais, sociais, lingüísticas e outras, promovendo uma educação de qualidade a todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando ambientes acolhedores e respeitando as necessidades individuais de cada um.

Ainda com relação à legislação o Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/ 01 no capítulo da Educação Especial, destaca:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva o que garantisse o atendimento à diversidade humana.

1. Garantir a implantação, já a partir do primeiro ano deste plano, nos planos de carreira para o magistério, elaborados e aprovados de acordo com as determinações da Lei nº 9.424/ 96 e a criação de novos planos, no caso de os antigos ainda não terem sido reformulados segundo aquela lei.

Garantir, igualmente, os novos níveis de remuneração em todos os sistemas de ensino, com piso salarial próprio, de acordo com as Diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção por mérito.

2. Implementar, gradualmente uma jornada de trabalho de tempo integral, quando conveniente cumprida em um único estabelecimento escolar.

3. Destinar entre 20 a 25% da carga horária dos professores para preparação de aulas, avaliações e reuniões pedagógicas.

O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 vem para regulamentar a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção.

Em seu capítulo I encontramos a seguinte:

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

[...] III - deficiência visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

É possível citarmos outras leis de amparo aos direitos das crianças, a Lei Federal nº. 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente encontraremos no seu art. 5º a seguinte declaração:

[...] “a criança física ou mentalmente deficiente, ou aquela que sofre de algum impedimento social, deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais que requeira o seu caso particular. Direito de amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade”. (Brasil, Lei Federal nº 8069/90 art. 5º).

O conjunto de leis que citamos, é parte do que temos para amparar e garantir o direito do aluno com necessidades especiais educacionais frequentar uma escola de ensino regular.

Tais determinações em lei nos deixa claro que cabe em primeiro momento as autoridades máximas assegurarem esses direitos e cumprirem com o que têm proposto. Os poderes governamentais já deveriam ter dado o exemplo, criando meios, espaços físicos adequados para o atendimento dos alunos, recursos, formação de profissionais, mostrando perante a sociedade que tem um verdadeiro interesse em cumprir as leis, para estimularem a participação da sociedade na continuidade do cumprimento de suas obrigações e contribuírem com o aprendizado, para a autonomia e participação desses indivíduos na sociedade.

2.3 INCLUSÃO ESCOLAR

Os pré-conceitos e conceitos equivocados são os grandes responsáveis pelo volume de mitos que existem sobre os deficientes visuais, e também por um processo lento de inclusão por não se levar em consideração às circunstâncias e as necessidades objetivas dos indivíduos com necessidades especiais no processo educacional.

Algumas idéias concebidas de que pessoas com deficiência sejam incapazes são tão errôneas quanto à idéia de que elas receberam algum dom divino que compense sua deficiência. As duas idéias dão lugar a comportamentos injustos e contraditórios da sociedade em relação aos deficientes dificultando ainda mais a independência e conquistas pessoais.

Segundo o Conselho Internacional de Educação de Deficientes Visuais – Organização Mundial de Saúde (DMS) a expressão “deficiente visual” se refere à escala que vai da cegueira (ausência total da visão) até a visão subnormal ou chamada de baixa visão. (MEC, 2001, p. 35, a)

Logo, a cegueira é à perda da visão até a ausência de projeção de luz, enquanto a baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão, que pode acontecer decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados e que ainda pode ser em nível severo, moderado ou leve. Infelizmente, é muito comum encontrarmos crianças que têm um pequeno grau de visão e são ignoradas quanto a sua capacidade visual e passam a serem consideradas cegas ou tratadas como tal; dessa forma, perdem os benefícios que o uso da visão residual poderia trazer o seu processo de desenvolvimento e à sua qualidade de vida.

Alguns sinais podem indicar alterações visuais, como: apertar e esfregar os olhos com frequência, irritação, olhos avermelhados e/ou lacrimejantes; dificuldade para leitura e escrita; aproximação excessiva do objeto a ser visto. Essas observações por si só não é fator determinante na detecção da deficiência visual. Porém o professor, ao observar alguns sinais, deve alertar os pais.

Quanto ao atendimento contínuo da criança com Deficiência Visual no ambiente escolar deve se dar naturalmente. Como afirma Carvalho (1998): *Imagina-se, erroneamente, que pessoas portadoras da deficiência são incapazes e pouco produtivas, usuárias eternas de serviços assistenciais [...].* (CARVALHO, 1998, p. 102).

Percebemos que essa criança com deficiência visual deve ser tratada com naturalidade, com a mesma cordialidade e atenção dispensada às outras crianças. É óbvio, que ela não precisa de piedade, mas de oportunidade para desenvolver suas possibilidades e talentos. É possível que ela necessite de mais tempo para agir e interagir com o meio e as pessoas, do que uma criança que enxerga, sendo assim, não há necessidade de planejar atividades específicas só para essa criança, é possível incluí-la em todas as atividades desenvolvidas com as outras crianças, com pequenos ajustes e adaptações. A inclusão significa poder participar ativamente de todas as atividades com as outras crianças, em grupo.

Segundo Martins (2006, p. 154) toda criança gosta de brincar, passear, conhecer pessoas e conviver com outras crianças, o Deficiente Visual não é diferente. Se tiverem a oportunidade de conviver desde cedo em ambientes organizadores que favoreçam a construção do saber, trocas afetivas e sociais favoráveis, que atenda às suas necessidades, não se diferenciam em inteligência em relação às outras crianças.

2.3.1 Desafios atuais da inclusão escolar

Baseados em Mazzota (1999, p. 15-65), buscaremos contar um pouco da evolução dos direitos dos Deficientes Visuais. Segundo esse conceituado estudioso no assunto, as preocupações de cunho educacional em relação às pessoas cegas surgiram no séc. XVI com um médico italiano por nome Girolino Cardano, que testou possibilidades de algum aprendizado de leitura através do tato. Peter Pontamos Freming (cego), e um padre por nome Lara Terzi, escreveram os primeiros livros sobre a educação das pessoas cegas.

A partir de então, as idéias estudadas vão ganhando forças até que no séc. XVIII, em 1784 surge em Paris criada por Valentin Haüy, a primeira escola para cegos: nela Haüy exercita sua invenção – um sistema de leitura em alto relevo com letras em caracteres comuns. Valentin Haüy, fundou em Paris o Instituto Nationale des Jeune Aveugles (Instituto Nacional dos Jovens Cegos), no ano de 1784 merecendo a aprovação da Academia de Ciências de Paris. Por não se caracterizar simplesmente como asilo, mas incluindo a preocupação com o ensino dos cegos (principalmente a leitura), o Instituto despertou reações bastante positivas e marcou seu início com grande sucesso.

Segundo Mazzota (1999, p. 18) a partir daí novas escolas para cegos foram abertas, quase todas seguindo o modelo apregoado por Haüy. Em 1819, chega em Paris um oficial do exercito francês Charles Barbier com uma sugestão que julgava bastante útil aos professores e alunos do Instituto Nacional dos Jovens Cegos. Tratava-se de um processo de escrita por ele idealizado. Era um processo de escrita para uso noturno em campos de batalha com transmissão de mensagens sem barulho e sem uso de luz. Tal processo de escrita, era codificado e expresso por pontos em alto relevo, que representava os 36 (trinta e seis) sons básicos da língua francesa. A idéia de Barbier, despertou curiosidades e interesse de alguns professores e logo começou a ser utilizado pelos alunos do Instituto.

Mas foi em 1829, que um jovem francês cego, por nome Louis Braille (1809 – 1852), estudante daquele Instituto fez uma adaptação do código militar de comunicação noturna, criado por Barbier, para as necessidades dos cegos. Até hoje não surgiu nenhum outro meio de leitura e escrita mais eficiente e útil para o uso dos cegos. Baseados em 6 (seis) pontos salientes na célula, “este código” possibilita 63 (sessenta e três) combinações e recebeu o nome de “leitura e escrita Braille”. A repercussão do sucesso das novas técnicas e métodos e a credibilidade na capacidade das pessoas cegas chegam ao Brasil, trazidas por José Álvares de Azevedo ao regressar de seus estudos em Paris, no Instituto Real dos Jovens Cegos. José Álvares de Azevedo ensina o sistema Braille à Adélie Sigaud, filha cega do doutor Xavier Sigaud, médico. Logo Adélie é levada à presença de D. Pedro II com idéias de fundar escolas para cegos no Brasil. A concretização dessa idéia se deu na criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos a 17 de setembro de 1854, hoje Instituto Benjamin Constant.

Mazzota (1999, p. 18) diz ainda que o Instituto Benjamin Constant (IBC) foi o primeiro educandário para cegos na América Latina e é a única Instituição Federal no Brasil de ensino destinado a promover a educação das pessoas cegas e aqueles que possuem baixa visão. Esse Instituto além de ter criado a primeira imprensa Braille do País (1926), tem-se dedicado a capacitação de recursos humanos e publicações científicas e a inserção de pessoas deficientes visuais no mercado de trabalho. Em 1946, um grande marco acontece na história da educação de pessoas cegas, foi a fundação do Livro do Cego, que destinava-se a escrever livros em Braille, contribuindo de maneira considerável a prática pedagógica da época. E que um pouco mais tarde no ano de 1950 em São Paulo e em 1957 no Rio de Janeiro, o atendimento ao Deficiente Visual é inaugurado em escolas de Ensino Regular.

Como podemos conferir a história da escolarização do deficiente visual é um tanto penoso e excludente. Apesar de serem totalmente capazes de se desenvolverem em todas as áreas semelhantemente a qualquer outra pessoa que enxerga, ainda persiste um certo preconceito e dúvida quanto a suas capacidade intelectual, pela sociedade. Algumas pessoas ainda evitam uma maior proximidade por terem insegurança de como abordá-los em uma conversa ou até mesmo por acharem que seu comportamento pode ser agressivo, evitam assim um maior contato com eles. Existem também muitas outras barreiras presentes no cotidiano de um deficiente visual, tais barreiras mesmo externas à escolarização, refletem na sua vida escolar. Outras barreiras comuns vivenciadas por uma grande maioria dos deficientes visuais ao chegar na idade de freqüentar a escola por exemplo, deparam com uma organização do ensino toda voltada para pessoas videntes, falta de recursos, formação profissional incompleta entre outros .

Ainda hoje o deficiente visual precisa batalhar para que seus direitos sejam colocados em prática e ele possa assim participar de toda e qualquer atividade de direito a um cidadão comum. A escola por sua vez, precisa se dar conta que cada criança tem suas particularidades de aprendizagem e com o deficiente visual não é diferente, além de sua NEE, decorrente por não enxergar ele tem suas particularidades.

2.4 HISTÓRICO DE COMO VEM SENDO TRATADA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com base nos estudos bibliográficos realizados ao longo do tempo, nesta etapa do trabalho procuraremos reconstruir a história de como se deu a evolução do tratamento da pessoa com deficiências, na antiguidade;

Reconstruir a história e a evolução da Deficiência Visual não é uma tarefa fácil. Com base nos estudos bibliográficos de alguns consideráveis estudiosos no assunto como Mazzota 2003; Mec 2000; Pegorette 2002, entre outros procuraremos resumidamente colocar neste trabalho de pesquisa as informações básicas para que possamos nos situar em todo percurso histórico da Deficiência Visual.

A Deficiência Visual, na antiguidade, período em que predominava o princípio da eugenia – estudo das condições mais propícias à melhoria da raça humana – o Deficiente Visual, assim como qualquer outra pessoa com algum tipo de deficiência era abandonada ou até mesmo eliminada. Como bem retratam as obras de Platão e Sêneca. (MEC, 2000, p. 25, a).

Segundo o que nos conta o MEC (2001, p 25-28, a) os romanos eliminavam os deficientes alegando que estes eram diferentes da raça humana e os consideravam como animais não racionais, que, por possuírem uma má formação precisavam ser mortos, e assim procediam. Segundo os pré-conceitos estabelecidos por Sêneca – um filósofo e poeta romano nascido em 4 a C. Os gregos agiam da mesma forma eliminando os deficientes ou os escondiam, pois valorizavam a escultura bela, do corpo humano perfeito, e os deficientes eram para eles, uma ameaça à perfeição.

Segundo Platão, na Idade Média, a Igreja manifestava sua opinião sob o conceito que o indivíduo com deficiência, era dotado de pecados dos antepassados. No princípio deste período a concepção que se tinha para com as pessoas deficientes é que elas eram possuídas pelo demônio e não sabendo como educá-las, achavam correto eliminá-las do meio da sociedade. Assim, a inquisição – séc. XV – mandava para fogueira as pessoas consideradas Hereges (os adivinhos, loucos e deficientes). (MEC, 2001, p. 25, a)

Mazzota (1999, p.16) nos mostra que a própria religião colocava o homem à imagem de um ser perfeito – Deus. A igreja, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como imagem de Deus, se pronunciava com idéias de perfeição. Logo, só era um ser proveniente da parte de Deus quem era “normal” – perfeito, sem apresentações de deficiências.

E quem era perfeito? Quem se enquadrava nos padrões de comportamento, imagem física e atitudes dominantes, que eram ditadas pela igreja. Sendo esta a imagem de perfeição repassada pela igreja, logo, as pessoas com deficiência, eram imperfeitas, não sendo a imagem de Deus. Estas então deveriam ser separadas, excluídas e até exterminadas. Essa idéia passou a ser naturalizada, isto é, considerada comum, banal e ideal. Mais tarde estas pessoas passam a ser alvo de proteção, caridade e compaixão.

Na idade moderna, a filosofia humanista começa a dar conta dos problemas relacionados ao homem, tendo por base a evolução das ciências. O conhecimento científico assegura as tentativas da educação de pessoas deficientes sob o enfoque da patologia. (MEC, 2001, p. 25, v. 1)

O texto citado acima revela que as consideráveis mudanças vêm acontecer a partir do séc. XVIII, onde há uma iniciativa de institucionalização, quando tais indivíduos com necessidades especiais passaram, então, a ter tratamento médico e busca-se novas estratégias de tratamento, ensino e educação.

Entendemos que o preconceito resistiu até o início do séc. XX que ainda é marcado por estigmas e discriminações, mitos e crenças distorcendo a capacidade do deficiente; nesta fase, acreditando-se que a segregação ainda é o melhor método de tratamento para estes indivíduos, surgindo então os hospícios e as escolas especiais e aos “normais” a vida na sociedade.

Ainda hoje encontramos este tipo de concepção entre familiares de deficientes, que declaram acreditar que o melhor lugar para o deficiente são os internatos, de tanto ouvirem pregações de que o afastamento produz satisfação a todos e soluções dos problemas.

Na idade contemporânea as idéias da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade – se expandem na construção de uma consciência social e movimentos mundiais invocam direitos e deveres do homem, assegurando às minorias o exercício da cidadania no jogo da democracia. (MEC, 2001, p. 25, a)

Transformações político-sócio-culturais se processam deixando vir à tona formas diferenciadas de ser. Segundo Pegorette (2002, p. 49-53), por volta dos anos 70, baseados em estudos das teorias de Vigotsky e Piaget, entre outros, as concepções foram se modificando, passando-se a aceitar melhor que o deficiente fosse capaz de aprender e se desenvolver. Esta linha de estudo vigotskyniana contribui para uma nova reflexão e análises dos conceitos já existentes procurando enxergar o ser humano como um ser completo. Passa-se então a observar e a pesquisar em uma linha de pensamento sócio-histórico, a capacidade de aprender e fazer do homem, ou seja, a inteligência humana. Concordamos com a concepção vigotskyniana, que o ser humano, influencia e é influenciado pelo contexto em que vive, sendo assim, resultado de um processo sócio-histórico. As pesquisas revelam que os pontos básicos de identificação do ser humano são a sociedade e a cultura que permeiam todo o processo de desenvolvimento dos indivíduos.

2.4.1 A importância da parceria entre escola e família

A escolarização do deficiente visual sempre é um desafio para todos os envolvidos e o trabalho em parceria contribui para a segurança do aluno e da família. Compreendemos que algumas precauções são essenciais na educação do deficiente visual, para garantir seu desenvolvimento e integração social.

Para o professor a fonte de maior informação sobre o aluno deficiente visual é o próprio aluno e a sua família. Como já podemos verificar através de estudos bibliográficos e na pesquisa de campo, a inclusão vai aproximando as pessoas umas das outras entrelaçando-as em uma única história. Constatamos que sua permanência na escola gera oportunidades de participar de um grupo social mais amplo, adquirindo hábitos, ampliando conhecimentos e vocabulários, além de propiciar a formação de conceitos, ou de reconstrução dos conteúdos. Segundo Machado (2003, p. 27-30), o fato é que desde o nascimento, as crianças têm as mais diversas experiências que leva à aquisição de conhecimentos. Por intermédio desse convívio familiar inicia a sua interação com o mundo permitindo que estabeleça relações e desenvolvimento motor, lingüístico, afetivo e intelectual, pois inicia aí a compreensão de símbolos, dando início ao período de alfabetização.

Durante a pesquisa de campo constatamos que a criança cega se relaciona com o ambiente por outros canais sensoriais, que não seja a visão, tendo uma imagem bem diferenciada das pessoas que enxergam ou daquelas que perderam a visão após a formação de conceitos adquiridos com os recursos visuais. Verificamos então, o quanto é importante à mediação para que ele faça a leitura do local possibilitando uma maior compreensão do ambiente. “*A visão é o único sentido capaz de unificar, estruturar e organizar todas as outras percepções em um todo significativo*”. (GREGORY, 1989, apud MACHADO, 2003, p. 23).

Machado (2003, p. 23) nos alerta sobre a importância do mediador saber que a criança cega de nascença ou que perdeu a visão prematuramente até os 5 (cinco) anos de idade, não conserva imagens visuais úteis para o aprendizado, o que exige do professor oferecer a esta criança atividades de reorganização perceptiva que é tudo aquilo que um vidente percebe através da visão as quais a estes deve ser adquirido pelo tato, audição, olfato, sentido sinestésico e outros.

(...) O aprendizado da criança começa muito antes de elas freqüentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história previa. (VIGOTYSKI, 1994, p. 110 apud MACHADO, 2003, p. 24).

Notamos o quanto à escola é um local importante para o aprendizado intencional, uma vez que exige situações sociais específicas e instrumentos de mediação, mas é importante lembrar que ela não é o único lugar onde o deficiente visual deve receber orientações. Os pais devem comprometer-se em buscar para esta criança desde muito cedo recursos e meios de como devem mediar o conhecimento e a aprendizagem da criança cega ajudando-a a explorar e compreender os ambientes em que freqüenta, amenizando assim, possíveis limitações em seu desenvolvimento.

A escola por sua vez precisa levar em conta as experiências vivenciadas, o conhecimento que a criança traz consigo e o que está por aprender em sua trajetória. Porém, é possível que uma criança cega chegue à escola sem um passado de experiências como seus colegas

que enxergam, como por exemplo, não apresentar as rotinas da vida cotidiana de acordo com a sua idade e em relação a outras crianças, os seus conceitos básicos como: esquema corporal e lateralidade, orientação espacial e temporal. Se esses conceitos forem inexistentes ou quase inexistentes sua mobilidade tornar-se-á difícil o que poderá levar à baixa auto – estima, o que dificultará o seu ajustamento à situação escolar, isto é, a sua inclusão de fato.

A mediação como nos ensina VIGOTYSKI é importante para qualquer indivíduo, pois proporciona uma ligação dos conhecimentos anteriores aos novos, com diferentes descobertas e amplo aprendizado. A esta ponte que liga conhecimentos anteriores a novos conhecimentos ele chama de Zona de Desenvolvimento Proximal, como podemos conferir:

(...) A distância entre o nível do desenvolvimento real que costuma determinar pela solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração de outros mais capazes (VIGOTYSKI, 1994, p.12, apud OLIVEIRA, 1993, p. 60).

Entendemos que é preciso levar o aprendiz a conquistas, conhecimentos e descobertas que não ocorreram espontaneamente ainda, interferindo e mediando situações de aprendizagem impulsionando o desenvolvimento. Logo, confirmamos a importância de levarmos em consideração as experiências anteriores já adquiridas identificando as habilidades de cada um. A aprendizagem implica em uma complexa atividade de pensamento e essa não ocorre com a transmissão de conhecimento e sim em vivenciar experiências novas.

Considerando que a criança cega usa outros órgãos dos sentidos que não seja a visão para interagir com o mundo, lembramos que se essa criança viver em um meio social onde ninguém lhe incentivou e nem a ensinou as ações de andar, brincar, comer sozinha, se vestir sozinha e outras atividades que ela tem possibilidade de aprender, entendemos que tornará difícil a conquista de sua independência nestes aspectos. Se o conhecimento ocorre a partir de experiências vividas em seu meio sócio-cultural, a criança só aprende se internalizar o processo em diferentes situações e para isso é preciso ter essa oportunidade de vivenciar suas experiências.

Entendemos que a escola deve procurar desenvolver estratégias objetivando o envolvimento da família na educação do deficiente visual pois a participação ativa da família em qualquer situação é essencial no processo de formação da criança e com o deficiente visual é ainda mais importante essa contribuição para um desenvolvimento mais rápido e mais completo. Uma das atitudes simples da escola com a família é a de orientar os pais de como ajudar seu filho nas tarefas escolares que levam para casa e como fazer a aplicabilidade do ensino no seu cotidiano.

III - OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa teve como objetivo analisar quais as necessidades e desafios da inclusão escolar de alunos com Deficiência Visual de uma escola inclusiva da educação infantil, da rede pública, do município Marechal Floriano ES.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Observar a prática pedagógica no processo ensino-aprendizagem em sala de aula onde se inclui alunos com deficiência visual.
- Identificar quais as necessidades, desafios e avanços dos recursos pedagógicos específicos para o atendimento dos alunos com deficiência visual, a partir da elaboração discursiva dos profissionais da escola, obtida em situação de entrevista do tipo grupo focal.

IV - METODOLOGIA

4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia utilizada nesta pesquisa perpassa por algumas fases nas quais abrange uma revisão de literatura e investigação de cunho qualitativo, na descrição de dados observados diretamente na fonte, assim como análise exploratória, anotações, e entrevista de grupo focal com pedagogos, professores e gestor escolar com experiência no assunto e que integram o quadro de funcionários da escola pesquisada. No anexo deste trabalho inserimos o roteiro de entrevista aplicada, diário de bordo para o trabalho de campo, termo de consentimento livre e esclarecido, e outros documentos objetivando maior compreensão de como trabalhamos e desenvolvemos a pesquisa.

4.2 MÉTODO

4.2.1 Participantes

O estudo foi realizado em uma escola de Educação Infantil da Rede Pública de Ensino da cidade de Marechal Floriano ES. Para selecionar a escola estudada, estabeleceram-se, anteriormente, dois critérios: 1) pertencer ao sistema público de ensino do município de Marechal Floriano; 2) atender crianças de inclusão na faixa etária de 4 a 6 anos, com deficiência visual; Estes critérios de escolha foram estabelecidos em função dos objetivos do estudo, e da necessidade de pesquisas que possam contribuir para o aprimoramento da educação pública deste município.

No primeiro momento, participou do estudo o grupo de professoras, pedagogos e gestor escolar, uma vez que se pretendia verificar os desafios e possibilidades de inclusão e a prática pedagógica da instituição. A participação dos mesmos ficou restrita às sessões de entrevista no grupo focal.

Em momento posterior tivemos a participação de uma criança deficiente visual. A criança foi escolhida para o estudo e análise das interações professora-criança no contexto das atividades realizadas no dia-a-dia, e no contexto das atividades estruturadas e planejadas pela professora, com o objetivo específico de promover a participação e o envolvimento da criança com a tarefa, assim como suas dificuldades para realização. Para início desta etapa a criança foi abordada em uma conversa, em sala de aula, devidamente planejada pela pesquisadora com participação da professora. Essa conversa aconteceu para que pesquisadora e criança se apresentassem e para explicar o motivo de nossa presença na sala de aula e convidar a criança para participar das atividades e fotos. Os pais receberam uma comunicação por escrito, explicando a pesquisa, assim como o termo de consentimento livre e esclarecido. Durante a pesquisa a professora regente da sala onde está inserida a aluna deficiente visual na qual faz parte de nossa pesquisa, será identificada por professora P3.

Participaram da pesquisa 09 profissionais entre eles pedagogos, professores e gestor escolar e um aluno de (idade 4 anos) que foi escolhida em consideração ao consentimento da professora e dos pais da crianças para as observações realizadas.

As informações relativas aos profissionais que participaram da pesquisa aparecem na Tabela 1 e foram obtidas com o preenchimento de uma ficha.

TABELA 1 - INFORMAÇÕES SOBRE OS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Identificação	Idade	Formação	Experiência Educação	Tempo na Escola	Cargos Ocupados
D1	40	Pedagogia	18 anos	2 anos	Cargo adm.
P 1	26	Pedagogia	10 anos	4	Prof./ coord.
P 2	27	Pedagogia	15 anos	3	Prof./ coord.
P 3- foco	45	Pedagogia	18 anos	6	Professora
P 4	22	Pedagogia	9 anos	4	Professora
P 5	23	Pedagoga	12 anos	4	Professora
P 6	35	Pedagogia	15 anos	3	Professora
P 7	32	Pedagogia	13 anos	3	Professora
P 8	28	Pedagogia	10 anos	5	Professora
P 9	26	Pedagogia	6 anos	3	professora

4.2.2 Sobre a escola onde aconteceu a pesquisa

A instituição/ Escola pesquisada que vou chamar de “Escola A” é da rede municipal, localizada, no centro de Marechal Floriano, na região serrana do Espírito Santo, tendo a rodovia BR 262, seu meio de acesso mais fácil. Pertencendo a um município onde prevalecem imigrantes italianos e alemães, em sua maioria agricultores.

Em consulta ao Projeto Político Pedagógico da escola identificamos a sua filosofia que é desenvolver o processo de mediação na formação de cidadãos com capacidade de pensar e agir mediante a elaboração de conhecimento científico erudito e universal. Pretendem com essa filosofia a formação de um aluno crítico, autônomo e participativo. Essa concepção busca garantir os direitos e deveres preconizados pela constituição da República Federativa do Brasil nos artigos 5º, 6º e 14º, bem como os estabelecidos no Estatuto da Criança e dos Adolescentes, cap IV, Art. 53 a 59, visando assim diminuir as diferenças sociais e construir uma sociedade mais humana. A proposta pedagógica da leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

4.2.3 Equipamento e Materiais

Os equipamentos utilizados foram uma filmadora digital Sony DCR SR 45 HD 30 GB, para registro de áudio e vídeo nos diálogos na entrevista de grupo focal e um notebook para reprodução e análise das filmagens. De forma geral, a pesquisa contou com a elaboração e utilização de uma ficha de identificação dos participantes e um roteiro de entrevista, que aparecem nos anexos e serão explicitados, de forma mais detalhada, a seguir.

O roteiro de entrevista de grupo focal foi estruturado para coleta de dados com intuito a obter resposta relacionadas a questões gerais sobre educação infantil, prática pedagógica e desafios da inclusão escolar do deficiente visual.

4.2.4 Procedimentos para coleta dos dados

O procedimento aconteceu da seguinte forma:

Fase 1 - Entramos em contato com a escola e possíveis participantes da pesquisa, para agendamento de encontros com profissionais, e demais atividades de campo. O encontro foi gravados em vídeo/áudio para posteriores consultas e melhor aproveitamento dos dados adquiridos.

Fase 2- As Observação e registros das atividades realizadas em sala de aula. A observação aconteceu durante 2 meses e 2 a 3 vezes na semana.

Fase 3- Entrevistas de tipo grupo focal com os profissionais da escola. A entrevista aconteceu uma única vez com duração de aproximadamente 2h.

4.2.5 Procedimentos de Análise dos dados

4.2.5.1 Observações Diretas

Segundo VIANNA, (2003; p.11) “Para ser considerada como tendo significado científico, [a pesquisa] deve apoiar-se em fundamentos teóricos consistentes relacionados à natureza dos fatos ou comportamentos a serem observados”. Esta citação vem reafirmar que para realizar uma observação com objetivos de pesquisa, é preciso que não simplesmente estejamos olhando algo ou alguém e sim, que possamos, certamente, identificar e descrever diversos tipos de interações e processos humanos.

4.2.5.2 Entrevista de tipo grupo focal

O trabalho de grupo focal consiste em “reunir um conjunto de pessoas selecionadas para discutir e comentar um tema (objeto da pesquisa) a partir de sua experiência pessoal”. Trabalha no âmbito das abordagens qualitativas com seleção dos participantes seguindo critérios, conforme o problema, segundo características comuns que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/ expressivo, ambiente de grupo minimiza opiniões falsas ou extremadas, proporcionando o equilíbrio e a fidedignidade dos dados.

O roteiro elaborado para as entrevistas de grupo focal com pedagogos, diretor e professores utilizado na pesquisa, tiveram como objetivo abordar questões de natureza relativas a prática pedagógica com foco principal que é identificar sentimentos, atitudes, organização, desafios e barreiras encontradas pelos participantes em relação a inclusão do deficiente visual.

4.2.5.3 Análise das observações diretas

Para realizar a análise das observações diretas, primeiro realizamos uma leitura e análise preliminar de todos os registros de observações realizadas, e selecionamos trechos de observações com dados/informações importantes para os objetivos da pesquisa. Selecionamos especificamente observações que permitiram analisar a ação dos

profissionais e a interação deles com as crianças, e chegar a conclusões sobre sua atuação em relação à inclusão escolar e o atendimento das crianças com NEE.

Após a seleção, transcrevemos os trechos para o protocolo de registro e análise das observações e realizamos uma análise interpretativa geral desses trechos, procurando abranger as especificidades comunicativas das interações, dentro das possibilidades que a observação naturalística direta oferece.

Para a análise das observações selecionamos 3 trechos, correspondentes as seguintes atividades realizadas:

Atividade de desenho - Rasgando papel, fazendo bolinhas e colando em espaço contornado pela professora, em forma de borboleta.

- Nesta atividade a aluna “A” precisou de uma pessoa para auxiliar tempo integral da atividade. O auxílio oferecido foi no sentido de como deveria colar a bolinha de papel no espaço livre e interno do desenho. Observamos nesta atividade que a professora pode utilizar a mesma tarefa da turma para a aluna “A”, apenas foi necessário fazer adaptações como por exemplo, trazer o desenho (contorno de uma borboleta) já em alto relevo.

Atividade de Música: Identificando direita e esquerda - Música com gesticulação.

- A professora chama a frente a aluna “A” para auxiliar na explicação dos gestinhos para a turma. Desta forma explica para a turma e ensina passo a passo a criança com deficiência visual.

Observamos que para a aluna “A” compreender os gestinhos que eram feitos foi necessário trabalhar com ela de forma individual. Exemplo: todas as vezes que na letra da música dizia “na mão esquerda”, a professora pegava na mão da aluna levantava a sua mãozinha, a assim sucessivamente. Observou-se que assim toda a turma gesticulava junto com a professora e com a aluna “A”.

Hora da história/atividade - Alunos sentados em círculo, professora conta uma história

- Professora diz: Hoje o nosso livrinho está escrito em duas modalidades: em “braille e em tinta”. Então nossa colega “A” será a aluna que vai me auxiliar, ela é quem vai estar aqui a frente comigo para mostrar as figuras para vocês.

A professora ficou na roda com os alunos, próxima da aluna “A”, na medida que contava a história esperava a aluna visualizar as figuras em destaque com pontinhos em alto relevo e depois pedia para levantar o livrinho mostrando o desenho para a turma.

Foi muito interessante perceber a forma com que a professora conseguiu incluir e envolver todos os alunos na mesma história sem que nenhum deles saísse prejudicado por faltar recursos ou interesse que o envolvesse.

A metodologia da observação nos possibilita o contato direto com o fenômeno em estudo revelando a forma na qual ele se apresenta no contexto das atividades realizadas. Sendo assim, as sessões de observação direta permitem verificação da teoria e da prática, possibilitando uma análise mais ampla da prática pedagógica da instituição pesquisada.

4.2.5.4 Análise interpretativa das entrevistas

A entrevista de tipo grupo focal foi a técnica selecionada para registrar as falas e reflexões de 8 profissionais da Educação Infantil, sendo estes, professores, coordenadores de turno e gestor. A análise do discurso foi realizada em dois momentos específicos.

No primeiro momento, estabelecemos categorias de análise a partir de nosso roteiro de entrevista e dos objetivos de nosso estudo. As categorias estabelecidas foram as seguintes:

- Visão geral de educação infantil e inclusão escolar
- Desafios da inclusão escolar do deficiente visual
- Necessidade de Formação do Professor para a prática pedagógica

No segundo momento, realizamos a análise das categorias estabelecidas, em cada uma das entrevistas, procurando ressaltar as questões comuns a todos os entrevistados.

- No item visão geral de educação infantil e inclusão escolar foi possível constatar que para o grupo entrevistado, é fundamental lembrar que a criança da Educação Infantil aprende mais pela prática do que pela teoria, por não ter maturidade para compreender certas coisas, portanto o primeiro passo deve ser a sensibilização através de dinâmicas, para que ela possa contar sempre com o apoio dos colegas.

P1 diz que “...a educação infantil é a ponte de ligação da criança com o mundo que ela ainda não conhece, é praticamente nessa fase que a criança vai ampliando seu contato com um grupo social mais amplo que o familiar.

P3 completa dizendo: “em experiências vividas e observadas percebi que dinâmicas simples e bem objetiva, são valiosas para a sensibilização do grupo onde está inserido uma criança de inclusão, como por exemplo, no caso da inclusão de um deficiente visual, levar o grupo a se passarem por cegos de forma que seus olhos são vendados e necessitam executar alguma tarefa onde precisam se locomover com a ajuda de uma pessoa”.

Entendemos que a riqueza da dinâmica é possibilitar uma experiência vivida pelos alunos e dar a eles a chance de falarem sobre seus sentimentos em relação ao momento vivido. Concluimos assim que as dinâmicas de socialização é um recurso próprio para a integração de novos indivíduos em um grupo já existente. Assim como dinâmicas de sensibilização nos serve de apoio quando objetivamos a compreensão de alguém em alguma situação nova.

Quando abordamos sobre o assunto “Desafios da inclusão escolar do deficiente visual” percebemos pela maioria da fala dos professores que o desafio é grande e constante pois é necessário lembrar que não podemos perder de vista o objetivo de preparar essa criança para ser um cidadão autônomo e atuante na sociedade. A participante P2 se pronuncia dizendo: “é extremamente necessário estar fazendo todo um trabalho para que ocorra a inclusão escolar e que esta, garanta desenvolvimento ao aluno com necessidades educacionais especiais”.

Em contrapartida a professora P6 nos adverte da importância de uma parceria “escola e família” que diz: “a família deve estar todo tempo envolvida nas questões escolares da criança, pois existem atividades que precisam ser especificamente ensinadas para as crianças com Deficiência Visual que deve iniciar ou dar continuidade em casa, favorecendo sua interação com o meio e possibilitando que estabeleça relações com o ambiente, percebendo formas, tamanho, distância, posição e localização de objetos,

garantindo sua independência e autonomia para se locomover em casa e no ambiente escolar”.

Com essa fala entendemos que o atendimento educacional vem fazendo um complemento de algo que já deve ter iniciado em casa. O atendimento educacional deverá possibilitar tanto o desenvolvimento das atividades de interação com o mundo como a realização do processo de alfabetização pelo sistema braille com utilização de recursos específicos

Ao falarmos de “Necessidade de Formação do Professor pra a prática pedagógica” tivemos a participação da professora P3 que alerta sobre o trabalho pedagógico realizado pelo professor em sala de aula. “...o educador necessita de um apoio e acompanhamento de todo trabalho desenvolvido, com possíveis adaptações do currículo para melhor atender este aluno, para isso o professor precisa fazer um curso, procurar se preparar pois as necessidades vão surgindo e não podemos cruzar os braços e simplesmente dizer que não estamos preparados, pois isso seria negar o direito de estudo para uma criança.”

A partir desse momento compreendemos que é preciso um contínuo planejamento em equipe, às vezes, para que em tempo hábil seja possível preparar o material específico, organizar este material em fichas ou encadernações facilitando o seu uso e manuseio pelo aluno. Gravuras por exemplo, devem ser contornadas em alto relevo ou descritas. Portanto é fundamental que na formação o professor tenha um estudo voltado para o atendimento de alunos com NEE, caso isso não aconteça é preciso buscar esse conhecimento.

V - RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES REGISTRADAS NO DIÁRIO DE CAMPO

O pesquisador ou o observador pode muitas vezes apresentar um viés pessoal excessivamente forte nas suas observações e julgamentos, introduzindo, dessa forma, erros sistemáticos nos seus dados, com efeitos problemáticos para a pesquisa. Vianna (2003, p. 28)

Compreendemos que é prudente que os registros sejam feitos diariamente para evitarmos erros. Entendemos aqui que uma das principais questões da metodologia da observação está em definir, de uma forma bastante clara, o papel do observador. Em contrapartida a metodologia da observação nos possibilita o contato direto com o fenômeno em estudo revelando a forma na qual ele se apresenta no contexto das atividades realizadas.

Sendo assim, as sessões de observação direta permitiram verificação da teoria e da prática possibilitando uma análise mais ampla.

As sessões de observação direta desta pesquisa foram realizadas durante 2 meses, 2 a 3 vezes por semana com duração de 2h aproximadamente. Ao todo, foram realizadas 16 sessões de observação direta, totalizando 32 horas de observação, durante os meses de novembro e dezembro de 2010.

Em cada sessão foram observadas diferentes atividades, que receberam um título, de acordo com a temática ou o objetivo principal de cada uma delas. A Tabela 2 apresenta as informações relativas às sessões de observação direta. Nessa tabela 2, a aluna de inclusão com deficiência visual será identificada como “A”.

QUADRO 1 - SESSÕES DE OBSERVAÇÃO DIRETA NA ESCOLA NA TURMA ONDE EXISTE UMA ALUNA DEFICIENTE VISUAL NO TURNO VESPERTINO

Local da Observação: Sala de aula e pátio

Sessão	Atividades	Data	Duração
1	- Caixa surpresa: alguns objetos para serem descobertos pelos alunos com olhos vendados. - Identificando: Espessura, tamanho - Alunos em circulo, olhos vendados. Professora passa com a caixa cheia de objetos. Cada aluno pega um objeto. - Cada aluno fala características de seu objeto: espessura e tamanho.	03/11/2010	02 h e 05 min (13:00 – 15:05)
2	- Fila e entrada para a sala, em dupla de mãos dadas. - sala arrumada com cadeiras em meia lua. - Atividade: Identificando direita e esquerda - Musica com gesticulação - A professora chama a frente a aluna “A” para auxiliar na	05/11/2010	02 h (12h:30m)

	<p>explicação dos gestinhos para a turma. Desta forma explica para a turma e ensina passo a passo a criança com deficiência visual.</p> <p>- trabalha uma atividade em folha xerocada e outra especifica com a aluna “A” onde usa isopor dividido com barbante, linhas em alto relevo com <u>2 divisórias</u> e a aluna usa alfinetes coloridos para fixar nos espaços , a direita e a esquerda.</p>		- 14h e 30m)
3	<p>Caixa surpresa: alguns objetos para serem descobertos pelos alunos. Identificando: Espessura, tamanho,</p> <p>- Alunos em circulo, olhos vendados, professora passa com a caixa cheia de objetos. Cada aluno pega um objeto. Cada aluno fala características de seu objeto: frio ou quente.</p>	08/11/2010	02 h: 10min (12:50 – 15:00)
4	<p>Fila e entrada para a sala, em dupla de mãos dadas. - sala arrumada com cadeiras em meia lua. Atividade: Direita Acima e esquerda acima.</p> <p>- Música com gesticulação</p> <p>- A professora chama a frente a aluna “A” para auxiliar na explicação dos gestinhos para a turma. Desta forma explica para a turma e ensina passo a passo a criança com deficiência visual.</p> <p>- Trabalha uma atividade em folha xerocada e outra especifica com a aluna “A” onde usa isopor dividido com barbante, linhas em alto relevo <u>com 2 divisórias</u> e a aluna usa alfinetes coloridos para fixar nos espaços , a cima e abaixo.</p>	10/11/2010	02 h (12h:30m – 14h e 30m)
5	<p>Fila e entrada para a sala, em dupla de mãos dadas. - sala arrumada com cadeiras em meia lua. - Atividade Direita esquerda, acima e abaixo, meio.</p> <p>- Musica com gesticulação - A professora chama a frente a aluna “A” para auxiliar na explicação dos gestinhos para a turma. Desta forma explica para a turma e ensina passo a passo a criança com deficiência visual.</p> <p>- trabalha uma atividade em folha xerocada e outra especifica com a aluna “A”, onde usa isopor dividido com barbante, linhas em alto relevo <u>com 4 divisórias</u> e a aluna usa alfinetes coloridos para fixar nos espaços , a direita , esquerda, acima abaixo.</p>	12/11/2010	02 h: 10min (12:50 – 15:00)
6	<p>No Pátio - Alunos em dupla - atividade com bola</p> <p>- Jogar bola um para o outro contando 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10.</p> <p>- Bola da aluna “A” com um som de chocalho que a própria professora adaptou com ajuda de trabalho artesanal feito por um pai de um dos coleguinhas.</p>	17/11/2010	02 h (12h:30m – 14h e 30m)

7	<p>Fila e entrada para a sala, em dupla de mãos dadas.</p> <p>- Sala arrumada com cadeiras em meia lua. - Atividade Direita esquerda - Musica com gesticulação</p> <p>- A professora chama a frente a aluna “A” para auxiliar na explicação dos gestinhos . Desta forma explica para a turma e ensina passo a passo a criança com deficiência visual.</p> <p>- Trabalha uma atividade em folha xerocada e outra especifica com a aluna “A”, onde usa isopor dividido com barbante, linhas em alto relevo, <u>constando 6 divisórias</u> e a aluna usa alfinetes coloridos para fixar nos espaços : direita acima, esquerda acima, direita ao meio, esquerda ao meio, direita abaixo, esquerda abaixo.</p>	19/11/2010	02 h (13:00 – 15:00)
8	<p>- Rasgando papel e fazendo bolinhas - Colando em espaço contornado pela professora em forma de borboleta.</p> <p>- Nesta atividade a aluna “A” precisa de uma pessoa para auxiliar tempo integral da atividade.</p>	22/11/2010	02 h (12h:30m – 14h e 30m)
9	<p>- Alunos em suas mesinhas (dispostas em meia lua). - Ficha com várias letras e uma em destaque essa em destaque no meio das demais letrinhas.</p> <p>- Aluna “A” - Uso da fita crepe para identificar letrinha em braille na ficha entregue pela professora.</p>	24/11/2010	02 h: 10min (12:50 – 15:00)
10	<p>- Alunos sentados em círculo. Contando história</p> <p>- Professora diz: Hoje o nosso livrinho está escrito em braille e em tinta então nossa colega “A” é quem vai estar aqui a frente comigo para mostrar as figuras para vocês.</p>	26/11/2010	02 h (12h:30m – 14h e 30m)
11	<p>- Falando do natal - Vestindo a camisa do papai Noel, alunos trabalham com dobraduras modelo camisa.</p> <p>- Aluna “A” trabalha com uma roupinha infantil (camisa real) colocando botões nas casinhas e fechando-os.</p> <p>Outra atividade: - Trabalhando com pedras de jardinagem e bolas de isopor: leve ou pesado.</p>	29/11/2010	02 h: 10min (12:50 – 15:00)
12	<p>Pátio - Brincando na toca do coelho. Círculos no chão feitos de mangueiras. Ao comando da professora crianças trocam de lugar.</p> <p>- Em sala os alunos trabalharam os números das toquinhas: 1,2,3,4,5,6 em folhas xerocadas e a aluna “A” trabalhou fazendo furinhos com um lápis em uma cartelinha de material papel cartão onde o local dos pontos a serem feitos pela aluna já estavam perfurado por pontinhos feitos com agulha anteriormente já preparado pela professora.</p>	01/12/2010	02 h (12h:30m – 14h e 30m)

13	<p>- Trabalhando com os alunos o alfabeto, identificando letrinhas em uma cartela, pronunciada pela professora.</p> <p>- Aluna “A” trabalhando com crivo de ovos e bolas de isopor, fazendo as letrinhas que a professora falava para toda a sala.</p>	03/12/2010	02 h: 10min (12:50 – 15:00)
14	<p>- Contando história - alunos assentados no chão em círculo.</p> <p>- Professora diz: Hoje o nosso livrinho NÃO está escrito em braille apenas em tinta, e um coleguinha vai ser convidado a falar das gravuras do livro para todos vocês.</p> <p>- Alunos desenhando sobre a história. A aluna “A” tem material específico (uma tela com vários pinos coloridos onde já tem um barbante esticado fazendo o contorno de uma casa e ela deve preencher esse contorno por pinos.</p>	06/12/2010	02 h (12h:30m – 14h e 30m)
15	<p>- Contorno do corpinho em papel craft, estudando as partes do corpo.</p> <p>- Alunos em dupla, sendo orientados pela professora: um deles deitadinhos sobre uma folha de papel craft e o outro contorna com pincel atômico o corpo do coleguinha. Depois inverte a atividade com a dupla.</p> <p>- Nossa aluna “A” ficou desapontada por não conseguir ver o contorno de seu corpinho no papel, então a professora falou que até o fim da aula ela iria ver pois contornaria com cola em alto relevo.</p> <p>- A professora recolheu cada folha contornada, pediu auxílio para uma outra funcionária fazer o contorno com a cola, no papel da aluna “A” e deu continuidade a aula com outras atividades para mais tarde retomar e usar esse material e trabalhar partes do corpo humano.</p> <p>- A aula prosseguiu com uma atividade desenvolvida com uso de uma música cantada onde aparecia as palavras “cabeça, ombro, joelho e pé”, e os alunos identificavam estas partes do corpo colocando a mãozinha ao cantar.</p>	08/12/2010	02 h: 10min (12:50 – 15:00)
16	<p>Ativ. 1 Identificando partes do corpo</p> <p>Ativ. 2 distancia entre um ponto e outro.</p> <p>- A professora continuou a explorar o material da aula do dia 08-12-2010, utilizando o papel onde as crianças haviam contornado o corpinho</p> <p>- Explora as partes do corpo: cabeça, ombro, pernas, braços, barriga, pernas e pés.</p> <p>- Na atividade 2 a professora usa corda esticada de um ponto ao outro e fala sobre distância: com uma fita métrica ela mostra a distancia da corda, 1 metro, 2 metros, 3 metros.</p>	10/12/2010	02 h (12h:30m – 14h e 30m)

	<p>- A aluna “A” passa a mão para verificar a distancia da corda e fica por um tempo explorando o tamanho da fita métrica.</p> <p>- Depois a professora aproxima-se da corda esticada, chama a aluna “A” e vai abrindo a fita métrica por cima da corda para que ela possa compreender que a fita métrica cabe 3 vezes na corda.</p>		
--	--	--	--

Nas atividades observadas, constatamos como a professora P3 tenta incluir a criança com deficiência visual através do uso de material específico, e/ou através do uso de outros sentidos como o tato. Dessa forma, P3 realiza um papel de mediadora do conhecimento, e executa a tarefa com todo o grupo e, ao mesmo tempo, com atenção especial e material específico ou adaptado para a alfabetização da aluna com NEE.

Compreendemos assim, que a professora P3 concebe a inclusão como direito adquirido que precisa ser respeitado por todos em sala de aula e na equipe escolar para que possam contribuir com atitudes favoráveis à inclusão. Para isso ela sempre alerta a sala com momentos de reflexão sobre a inclusão. Percebe-se ainda que ela adota uma postura que revela sua forma de pensar de que a deficiência visual não pode ser uma barreira insuperável para a aprendizagem sistemática e escolar. Todo deficiente visual está apto a aprender qualquer conteúdo. Algumas atividades exigem um pouco mais de dedicação.

Como podemos constatar é necessário todo um trabalho para que ocorra a inclusão escolar e que esta, garanta desenvolvimento ao aluno com necessidades educacionais especiais. Constatamos que existem atividades que precisam ser especificamente ensinadas para as crianças cegas, favorecendo sua interação com o meio e possibilitando que estabeleça relações com o ambiente, percebendo formas, tamanho, distância, posição e localização de objetos, garantindo sua independência e autonomia para se locomover no ambiente escolar. Desta forma o atendimento educacional deverá possibilitar tanto o desenvolvimento das atividades de interação com o mundo como a realização do processo de alfabetização pelo sistema braille com utilização de recursos específicos.

5.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA DE GRUPO FOCAL

A entrevista possibilitou compreendermos que a inclusão precisa ser praticada desde quando a criança chega na escola. Dentro de nossos objetivos focamos na entrevista, a “visão geral de educação infantil e inclusão escolar”, “os Desafios da inclusão escolar do deficiente visual e “necessidade de formação do professor para a prática pedagógica, obtendo assim informações valiosas a seguir.

Em relação a “visão geral de educação infantil e inclusão escolar”, D1 nos informa que “...alguns cuidados importantes devem acontecer desde a chegada e a acolhida do deficiente visual na escola, para que a criança já se sinta fazendo parte daquele novo grupo de pessoas no qual passará a conviver”, continua explicando que “...um dos primeiros passos é procurar apresentar essa criança para a turma na qual ela fará parte durante o ano letivo, esta apresentação é feita de uma forma bem específica explicando para a turma que está chegando um novo integrante para a sala que como todos nós possuímos uma diferença e que a diferença deste novo aluno é que não enxerga e por esse motivo devem

ser compreendidas suas limitações. Esta conversa é muito importante porque ajuda na conscientização do grupo o quanto eles podem ajudar para a prática da inclusão”.

Percebemos que a partir do primeiro contato mediado por alguém o grupo passa a ter um maior entrosamento com o Deficiente Visual, tornando-se pessoas mais próximas, criando amizades e cultivando laços afetivos. Passam a se ajudarem, trocando experiências e aprendendo uns com os outros passando da indiferença para a aceitação do novo.

Em relação aos “Desafios da inclusão escolar do deficiente visual”, foi possível verificarmos atitudes e ações importantes entre os profissionais, que contribuem para inclusão do Deficiente Visual, entre elas a de apresentar todo o espaço físico da escola para o Deficiente Visual oportunizando este aluno de “rastrear” – explorar com as mãos – todo o ambiente no qual fará parte de seu cotidiano. A participante D1 diz: “...é ainda, preciso levá-lo a conhecer todas as dependências que irá usar: banheiro, sala de aula, sala de recursos, sala dos professores, biblioteca, cantina, refeitório, pátio, quadra entre outros. Esta tarefa pode levar algum tempo, mas o importante é que seja bem feito para que o aluno possa identificar todas essas dependências diferenciando umas das outras”. Completa a participante P8, “...a sala de aula em especial, é preciso ser bem explorada como: porta, janela, lousa, armário, mesa do professor, quantidade de carteiras e filas, essa tarefa da ao aluno liberdade para se locomover”.

A professora P7 complementa dizendo que “...toda mobília da escola nos espaços frequentados pelo Deficiente Visual deve ser sempre a mesma oferecendo a ele segurança uma vez que passará grande tempo no ambiente escolar. O Deficiente Visual precisa ter a mesma liberdade de locomoção na escola como tem em casa, do contrário ele escolherá um único lugar e permanecerá inseguro e imobilizado sem autonomia para transitar”.

Compreendemos que é fundamental, para o Deficiente Visual a exploração, o conhecimento e o entendimento deste espaço físico.

D1 fala de outra etapa necessária para que ocorra a inclusão. “...trabalhar com os funcionários da escola a compreensão dos limites do aluno especial, só assim é possível contar com a colaboração e o comprometimento com de todos para a prática da inclusão. Um simples exemplo pode ser atitude do tipo, não deixar material de trabalho esquecidos ou espalhados, por menor tempo que seja, pelos corredores da escola. Isso dificultará muito a locomoção do Deficiente Visual” .

Entendemos que após todos compreenderem essas limitações do Deficiente Visual é possível contribuir facilitando sua interação com o meio. Todos devem contribuir com a prática da inclusão.

Constatamos a grande importância de não esconder uma deficiência, pelo contrário, qualquer deficiência deve ser refletida, discutida e anunciada para que seja possível a reorganização de todo trabalho escolar facilitando a interação por parte de todos com o aluno de Necessidades Educacionais Especiais. A prática da inclusão não envolve somente necessidade de recurso como mudanças na prática pedagógica.

Em se tratando da “necessidade de formação do professor para a prática pedagógica”, P5 diz que “ ...o educador necessita de cursos específicos voltados para o atendimento do aluno com deficiência visual, preparando-se para realizar possíveis adaptações do currículo para melhor atender este aluno. Esse professor deve entender que gravuras por exemplo, devem ser contornadas em alto relevo ou descritas, entre outras atividades específicas para esse aluno”.

Entendemos que o professor formado adequadamente percebe a necessidade do uso de materiais para que possa cumprir com suas atividades em sala de aula. Faz-se necessária a atualização permanente destes conhecimentos para que se possa lidar com esse aluno de forma a atender suas reais necessidades.

Outra ação importante é abirmos um espaço para os colegas conversarem com o aluno de inclusão. Para trabalhar a sensibilização da turma é importante a aplicação de dinâmicas. Em experiências vividas e observadas percebemos que as dinâmicas são simples e bem objetiva, como por exemplo, levar o grupo a se passarem por cegos de forma que seus olhos são vendados e necessitam executar alguma tarefa onde precisam se locomover com a ajuda de uma pessoa. A experiência vivida pelos alunos é muito interessante e eles têm a chance de falarem sobre seus sentimentos em relação ao momento vivido. Muitos deles falaram que sentiram medo, angustia e muita insegurança. Concluimos assim que as dinâmicas de socialização é um recurso próprio para a integração de novos indivíduos em um grupo já existente. Assim como dinâmicas de sensibilização nos serve de apoio quando objetivamos a compreensão de alguém em alguma situação nova.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa nos oportunizou algumas constatações que registraremos neste texto com objetivo de contribuir para uma reflexão ainda maior sobre a tão difícil luta pelos direitos educacionais daqueles que necessitam de uma educação especializada e voltada para a inclusão.

Verificamos que muitas Leis, Decretos, resoluções e pareceres foram proclamados e assinados pelo Brasil em defesa dos alunos com necessidades educacionais especiais, como gesto de um país democrático que busca caminhos para uma educação igualitária para todos. Porém, ainda hoje, presenciamos violação desses direitos no Sistema Educacional Brasileiro. Diante desta constatação nos perguntamos onde se encontra a grande falha dentro da legislação. Por que não se tem até hoje uma verdadeira inclusão para todos?

Observamos então que o volume de leis é grande, mas não é o suficiente por existir uma dualidade em sua interpretação deixando à margem da sorte aqueles que precisam dela para serem amparados e terem seus direitos garantidos. Outro fator que contribui para o não atendimento da lei é o desconhecimento por parte do cidadão sobre seus direitos.

A falta de interesse por parte dos governantes de fazer cumprir a lei e colocá-la em prática no que lhes competem, dificulta consideravelmente o trabalho de inclusão. Não basta criar leis, Decretos, Resoluções, assinarem Declarações e Conferências se não forem devidamente cumpridas. Para que a inclusão se torne eficaz é preciso empenho, investimento e vontade de aplicar a lei com justiça, eficiência e agilidade pois, a inclusão exige mudanças profundas em todos os níveis a começar pela política de atendimento, comportamento de setores administrativos, prática de ensino, sistema avaliativo entre muitos outros. A inclusão precisa ser concebida como um direito e dever e não como imposição para que aconteça com maior naturalidade objetivando resultados positivos para toda a sociedade.

Na atualidade, pouco se tem avançado. O conceito em relação à inclusão vem lentamente se modificando e a escola de ensino regular vem dando seus primeiros passos para que cumpra seu papel e possa mudar o cenário da educação inclusiva. A inclusão continua sendo um grande desafio para a educação.

Finalmente, podemos concluir que a inclusão implica em mudanças estruturais, mas também na organização escolar, só a partir daí, será possível se ter uma educação de qualidade e igual para todos. Hoje essa é uma realidade pouco comum, mas sentimos seus primeiros resultados em algumas escolas que tem procurado a prática da inclusão, onde as crianças com necessidades educacionais especiais tem buscado seu desenvolvimento e o direito do exercício de sua cidadania e tem encontrado apoio e incentivo para permanecer no ambiente escolar.

Concordamos com Mantoan (2003, p. 60) quando diz: *“Não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar.”* Muitos, diante da situação de inclusão ficam em um impasse, buscando meios de trabalhar as mentes e paralelamente reformar as instituições. Nesta dúvida o tempo passa, a vida acontece e perdem tempo enquanto aguardam para colocar em prática os direitos de cada um em suas necessidades especiais e por várias vezes individuais.

Enfim, podemos dizer que acreditamos na inclusão do deficiente visual, porém ela só pode acontecer a partir da vontade de cada um, com atitudes e ações determinantes. É necessário que todos os envolvidos estejam sensibilizados iniciando pelos familiares e abrangendo a

equipe escolar. Entendemos que uma vez sensibilizados todos contribuirão para a permanência, aprendizagem e desenvolvimento intelectual do deficiente visual. Vemos a sensibilização como o primeiro passo e acompanhado de atitudes que envolvam cada vez mais um grupo maior trabalhando em conjunto com um único objetivo que é a busca de meios e recursos materiais pedagógicos físicos e tecnológicos possibilitando e garantindo um trabalho de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

_____. Lei Federal nº 8069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

_____. Plano Nacional de Educação. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/potals/portalinstitucional/dee/legislacao/lf_lei10172.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Deficiência Visual**. v. 1, Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2001.

_____. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Deficiência Visual**. v. 2, Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2001.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, institui as **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC/SEESP, 2001.

CARVALHO, Edler Rosita. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

MACHADO, Edileide Vieira [et al]. **Orientação e mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual**. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (orgs.). **Caminhos da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos [et al]. **Inclusão: Compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEGORETTE, Josemar Francisco. **Inclusão e Liberdade: A profissionalização de pessoas com necessidades especiais (questões legais e metodológicas)**. Vitória: SENAI/ES, 2002.

SALAMANCA DECLARAÇÃO. In: **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades especiais**. Salamanca: Unesco / Ministério da Educação e Ciência, 07 - 10 jun. 1994 [Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade].

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Sandra Zakia Lian; PRIETO, Rosângela Gavioli. A Educação Especial. In: **Brasil: Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. v. 2. São Paulo: Xamã, 2002.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: A observação**. Brasília: Plano Editora, 2003

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICES

A - FICHA COM OS DADOS DOS PARTICIPANTES DA ENTREVISTA

1- Há quanto tempo trabalha na educação infantil? _____

2- Há quanto tempo trabalha nesta escola? _____

3- Qual a sua formação? _____

4- Qual sua idade? _____

5- Que cargo você ocupa atualmente? Já ocupou outros cargos na escola? Quais?

6- Que cargo você ocupa atualmente? Já ocupou outros cargos na escola? Quais?

7- Com quais turmas você trabalha?

8- Porque você trabalha na Educação Infantil?

B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE TIPO GRUPO FOCAL**Entrevista de grupo focal:****Data:****Início:****I - Aquecimento Inicial: Criação de um clima de confiança com o grupo de entrevistados:**

1- Apresentação do entrevistador.

2- Esclarecimentos em relação à pesquisa e aos objetivos da entrevista, ao sigilo em relação à identidade e as respostas, e à necessidade da filmagem.

3- Foi falado para o grupo o seguinte: “Eu vou lhes fazer algumas perguntas sobre questões importantes para a pesquisa. São perguntas para as quais não existem respostas certas nem erradas, sendo assim, a idéia é que vocês respondam cada pergunta de acordo com a sua opinião.”

II - Questões gerais sobre Educação Infantil e Inclusão Escolar.

1- Como vocês definem criança e infância?

2- Como vocês definem Educação Infantil?

3- O que vocês acha que a Educação Infantil deve proporcionar a criança? Quais os principais objetivos?

4- Como vocês definem inclusão escolar?

5 - O que é para vocês deficiência visual? Como você vê a inclusão escolar da criança com deficiência visual?

III - Questões relativas à prática pedagógica da escola e/ou do profissional.

1- Vocês poderiam descrever algumas atividades que vocês realizam juntos com os alunos?

2- Vocês acham que algumas dessas atividades podem ser importantes para inclusão escolar da criança com deficiência visual? Quais? Por que?

3- Como acontece a relação do aluno deficiente visual e outros colegas?

4- Quais as formas de se obter informações sobre o aluno deficiente visual?

5- Alguns autores, afirmam que é por meio da visão que a criança estabelece suas primeiras relações com o meio e percebe formas, tamanho, distância e localização de objetos. O que vocês acham da afirmação anterior?

6- Na opinião de vocês, quais são os recursos importantes para trabalharmos com as crianças com deficiência visual, no dia-a-dia? Por que esses recursos são importantes? O que fazer na falta desses recursos fundamentais?

7- O primeiro dia de aula de qualquer criança é marcado por inúmeras experiências novas como: conhecimento da turma, do ambiente escolar e pela aplicação das dinâmicas de apresentação e relações pessoas em toda a escola. Como seria o primeiro dia de aula da criança com deficiência visual?

8- O trabalho de inclusão é algo contínuo ou depois de um tempo caminha normalmente como a implantação de um projeto, onde cada um sabe sua contribuição e as coisas acontecem facilmente?

9- Como fica a disposição da mobília em sala de aula onde existe a presença de um aluno com deficiência visual?

10- Funcionários em geral também precisam estar sensibilizados e envolvidos com a inclusão, ou não existe essa necessidade?

11- Qual a importância do acompanhamento familiar?

12- Em quais momentos o professor de apoio e o regente de sala trabalham juntos para atenderem com maior qualidade o aluno de inclusão?

13 - Na educação infantil, como acontece a avaliação do desenvolvimento de habilidades por parte da criança com deficiência visual? O professor deve avaliar esse desenvolvimento da mesma forma que avalia o das outras crianças? Ou deve fazer uma avaliação diferenciada?

Desafios da inclusão escolar

1- Na sua opinião quais são os principais desafios da inclusão escolar? Porque? Você pode colocar um exemplo a partir de uma experiência sua?

Necessidade de Formação do Professor

2- Como você vê a formação profissional do professor de educação infantil?

3- Na sua opinião quais são as principais necessidades de formação do professor de educação infantil para a inclusão escolar da criança com deficiência visual?

- Estas foram as últimas perguntas da entrevista. Você gostaria de acrescentar alguma coisa ou falar de alguma questão que não foi abordado?

ANEXOS

A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFISSIONAIS

Entrevista de forma grupo focal com Profissionais

Senhor(a) professor(a):

Convido o(a) senhor(a) para participar de uma entrevista em forma de grupo focal que fará parte de uma pesquisa sobre “Um estudo acerca dos desafios e possibilidades de inclusão escolar de alunos com deficiência visual em uma escola do município de Marechal Floriano.” no contexto escolar, pela qual sou responsável. Esclareço que a sua participação na entrevista é voluntária, sendo que você está livre para participar ou não da mesma, e que você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar. Caso você aceite o convite, gostaria de sua autorização para que a entrevista seja gravada em áudio, com o intuito de facilitar a análise da mesma. Esclareço, também, que você está livre para aceitar ou não a gravação da entrevista em áudio.

Sou aluna de Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB), e estou realizando um estudo sobre Inclusão do deficiente visual no contexto escolar. Este estudo não tem risco para seus participantes, e beneficiará crianças, pais e professores, pois ele visa fornecer informações para melhorar a qualidade da prática pedagógica dos professores e das instituições de ensino e, assim, melhorar o atendimento oferecido às crianças e pais, na escola.

Para a realização do estudo será necessário realizar uma entrevista com os profissionais da escola, conforme a disponibilidade dos mesmos. Também será necessário gravar em áudio a entrevista. Este registro será para uso exclusivo da pesquisa, e não será divulgado, através de qualquer meio, em nenhuma hipótese. O participante da entrevista será, desde o início, identificado através de nome fictício que irá preservar sua identidade. Enfatizo que a identidade do entrevistado, e da própria escola, será mantida em total sigilo, em qualquer circunstância

Como colocado anteriormente, a participação na entrevista é voluntária e as respostas livres de qualquer obrigação ou dever. Informo também, que a entrevista terá no máximo uma hora de duração. Os dados obtidos, a partir da análise da entrevista, serão utilizados apenas e tão somente para os objetivos da pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (027) 9995-6025 ou no endereço eletrônico, edenilsae@hotmail.com.

Desde já, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Cordialmente,

Edenilsa Entringer Gomes

Aluna do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

Universidade Aberta do Brasil-UnB

Sim, concordo em participar da entrevista e com a gravação em áudio da mesma.

Nome: _____ Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa _____ (RELACIONAR O QUE SERÁ FEITO: POR EXEMPLO gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs , INCLUSAÕ, ETC e, ainda, entrevistas (gravadas em áudio) com os professores no intuito de). Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Para isso, solicito sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone ou no endereço eletrônico Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda doUAB – UnB

Sim, autorizo a participação de meu (minha) filho(a) _____ neste estudo.

Nome: _____ Assinatura: _____ E-mail (opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



C - CARTA DE APRESENTAÇÃO

A(o) Diretor(a)

Escola - EMEI “Vovó Fernandina”

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

È requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Edenilsa Entreinger Gomes sob orientação, Alia Maria Barrios Gonzáles Nunes cujo tema é: Um estudo acerca dos desafios e possibilidades de inclusão escolar de alunos com deficiência visual em uma escola do município de Marechal Floriano possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel – Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar